



INSERÇÕES, ARQUIVOS E ESTUDOS¹

Resumo: A historiadora Valéria Gomes Costa narra a sua trajetória acadêmica na graduação na UFPE e a pós-graduação na UFBA, destacando origens familiares e também das influências intelectuais e acadêmicas. Analisa as mudanças na historiografia, os estudos sobre africanos e força das pesquisas nos arquivos, avaliando o papel dos pesquisadores negros e negras e as suas inserções.

Palavras-chave: Africanos, história intelectual, historiografia e Valéria Gomes da Costa

SOURCES OF FREEDOM

Abstract: Valéria Gomes Costa narrates her academic trajectory in undergraduate studies at UFPE and postgraduate studies at UFBA, highlighting her family origins, intellectual and academic influences. It analyzes changes in historiography, studies on Africans and the importance of archival research, evaluating the role of black and black researchers and their insertions.

Keywords: Africans, intellectual history, historiography and Valéria Gomes da Costa

FUENTES DE LIBERTAD

Resumen: Valéria Gomes Costa narra su trayectoria académica en estudios de pregrado en la UFPE y estudios de posgrado en la UFBA, destacando sus orígenes familiares, influencias intelectuales y académicas. Analiza los cambios en la historiografía, los estudios sobre africanos y la importancia de la investigación archivística, evaluando el papel de los investigadores negros y negros y sus inserciones.

Palabras-clave: Africanos, historia intelectual, historiografía y Valéria Gomes da Costa

SOURCES DE LIBERTÉ

Résumé: Valéria Gomes Costa raconte sa trajectoire académique dans les études de premier cycle à l'UFPE et les études de troisième cycle à l'UFBA, mettant en évidence ses origines familiales, ses influences intellectuelles et académiques. Il analyse les évolutions de l'historiographie, les études sur les Africains et l'importance de la recherche archivistique, évaluant le rôle des chercheurs noirs et noirs et leurs insertions.

¹ Entrevista, edição e organização de Stephane Ramos (doutoranda em História pela Universidade de Brasília, E-mail: stephane.rcosta@gmail.com . ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5162-5970>) e Flávio Gomes (professor da UFRJ e pesquisador do CNPq, Professor da UFRJ e pesquisador do CNPq. E-mail: escravo@prolink.com.br . ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2386-7040>)



Mots clés: Africains, histoire intellectuelle, historiographie et Valéria Gomes da Costa

VALÉRIA GOMES COSTA

Professora do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão (PE)). Seu Mestrado em História foi concluído em 2006 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com a dissertação “Nos arrabaldes da cidade: práticas de apropriação e estruturação dos espaços no subúrbio do Recife pelo Terreiro Santa Bárbara - Nação Xambá (1950-1992)”. Em 2013 obteve o Doutorado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) com a tese “Trajetórias negras: os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890)”. Entre livros e organização de coletâneas destacam-se “É do Dendê! História e memórias urbanas da nação Xambá no Recife, 1950-1992” (Annablume, 2009) e “Religiões Negras no Brasil da Escravidão à Pós-emancipação” (Selo Negro, 2016). Além de vários capítulos de livros ver alguns de seus principais artigos publicados em *Afro-Ásia* (CEAO- UFBA), *Caminhos* (UCG. Impresso), *Ciências Humanas em Revista* (UFMA), *Clio* (UFPE), *Revista ABPN*, *Revista de Estudos sobre o Jesus Histórico*, *Revista de História Comparada*, *Revista do Instituto Arqueológico*, *Histórico e Geográfico Pernambucano*, *Revista Z Cultural* (UFRJ), *Topoi* (Rio de Janeiro).

CAMINHADAS

Fale um pouco da sua origem familiar e trajetória até entrar na Universidade. Quais foram as primeiras referências familiares e extrafamiliares? Como foi a formação no primeiro e segundo grau?

Falar de minhas origens, de meus familiares, percursos acadêmicos me fez lembrar de Ângela de Castro Gomes em *Escrita de si, escrita da história* (2004). Na introdução da obra, a historiadora enfatiza que — a “escrita de si” — é um exercício singular, traduz multiplicidades, fragmentações e ambiguidades do próprio sujeito e de suas memórias através do tempo. Embora tenha sido uma das práticas culturais — nas sociedades modernas — que consagrou o individualismo, considero essa atividade como uma evocação de minha coletividade, ou seja, meus antepassados e as mulheres e os



homens do presente cujos laços de afeto e de solidariedade — sem esconder as tensões e os conflitos — envolvem vínculos sanguíneos e de consideração, camaradagem.

Começando pelas ligações sanguíneas, meus avós nasceram na pós-emancipação. No registro de batismo de meu avô paterno (Antônio de Oliveira Costa), consta que ele é natural do estado do Pará e filho de pais incógnitos, nascido em 1878. Mas, no assento de casamento dele com minha avó (Serafina Pereira de Souza), a informação é que era rebento “ilegítimo”, nascido em 1888, em Pirauá— comarca de Umbuzeiro, sertão da Paraíba. Cogito que o primeiro registro esteja mais próximo à experiência de vida dele, pois cresci ouvindo os parentes dizendo que meu avô era um forasteiro de Belém/PA, preto retinto que só dava para ver a brancura dos dentes. Agricultor, apreciava livros e era entusiasmado pelos festejos juninos. Minha avó nasceu, em 1892, também em Pirauá; afro-indígena, filha de agricultores, evocando Luiz Gonzaga, viu o “mandacaru ‘fulorar’ na seca e a chuva chegar no sertão” por noventa e sete anos. Por sua vez, meus avós maternos são das primeiras décadas do século XX. Meu avô (Manoel Gomes da Silva), pardo, nasceu, em 1912, na cidade de Limoeiro, agreste setentrional de Pernambuco, região que no início do século XIX se destacou em decorrência da produção algodoeira. Exercia a ocupação de barbeiro. Em 1929, em Currais Novos, sertão do Seridó, região de pecuária do estado do Rio Grande do Norte, nascia minha avó materna (Etelvina Varela da Silva). Era uma mulher branca, analfabeta —assim como minha avó Serafina — que migrou, quando criança, com os pais e irmãos para Paulista, município que fica a 22km do Recife, no período da fundação da *Companhia de Tecidos Paulista*, nos idos da década de 1930. Assim como toda família negra reconstruída na diáspora das Américas, essas memórias materiais (documentos) e afetivas (convivência) são esfaceladas. Desses meus ancestrais, só conheci e convivi com minha avó Etelvina.

Eu sou filha única de José de Oliveira Costa (“Seu” Costa) e Joventina Gomes da Silva Costa (Dona Joven). Como toda criança negra cuja mãe é uma mulher de etnia diversa (a minha é parda de cabelos finos), senti a discriminação racial não só estruturar as relações na escola, no bairro, mas também colocando dúvidas quanto à minha filiação materna. Minha mãe é a primogênita de quinze filhos (cinco morreram ainda bebês), natural de Paulista; fez o curso primário e foi operária, vindo a renunciar ao trabalho para dedicar-se ao casamento e ao lar. Meu pai, caçula de sete rebentos (cinco do sexo masculino e dois do sexo feminino), natural de Pirauá/PB, não queria ser agricultor e sonhava em ser servidor público. Aos treze anos de idade, em 1941, migrou para o Recife.



Como todo homem negro do sertão, desempenhou atividades braçais ao chegar na capital pernambucana: empregado doméstico, pedreiro, carregador; e chegou a ser *grumete* da Marinha, mas dissertou em 1945 com medo da II Guerra “Mundial”. Ele contava que foi apoiado por um padre e então diretor da Faculdade de Filosofia do Recife (Monsenhor Francisco Apolônio Salles) que lhe empregou como servente nesta instituição. cursou o segundo grau para poder ter uma posição melhor no emprego. Em 1952, quando a Faculdade foi federalizada, ele passou a ser Administrador do edifício do Centro de Educação (CE). Devido a sua atuação profissional, ele foi homenageado pela Universidade em 1986 e 2005 (já aposentado). Cresci ouvindo suas narrativas de seu cotidiano de trabalho, sobre as perseguições políticas — no período da Ditadura Militar — aos acadêmicos e intelectuais (como ele dizia), de sua convivência com docentes e estudantes, algumas pessoas e tornaram posteriormente meus professores na graduação, como o professor Antônio Torres Montenegro; enquanto com outros, estabeleci diálogo profícuo, como Walteir Silva, um dos poucos docentes negros, do departamento de Filosofia, responsável pela criação do NEBA (Núcleo de Estudos Brasil-África).

Eu sou natural do Recife nascida nos últimos anos do Golpe civil-militar, em 1979. Minha primeira infância foi na Boa Vista. Bairro que no século XIX, foi bastante habitado por mulheres e homens africanos libertos que conquistaram afluência econômica — discussão que fiz na minha tese —, onde havia ensaios de maracatus e festas da Irmandade do Rosário dos Pretos da Boa Vista. No final dos Oitocentos, espalharam-se muitos mocambos e casebres de egressos do cativeiro pela Soledade. Esta é uma localidade do bairro onde meus pais foram morar recém-casados e onde eu nasci. Ainda criança, meus pais mudaram-se da Boa Vista para a cidade de Paulista, passando a residir próximo à família de minha genitora. Nessa cidade, vivi o resto de minha infância, adolescência e boa parte de minha vida adulta. Em 2017, meu pai faleceu com oitenta e nove anos de idade, e retornamos (minha mãe e eu) a minha cidade natal.

Para algumas concepções psicopedagógicas e educacionais da atualidade, iniciei minha vida escolar um pouco tarde: aos cinco anos de idade. O ensino primário (Fundamental I) foi em escola pública estadual. Desse tempo, recordo de duas docentes: Lourdinha, por ter sido a minha primeira professora negra; e Jozete (branca) na 3ª série. Após décadas, Jozete tornou-se minha aluna em um curso de Pós-graduação *latu sensu* na UFRPE (2006-2007). No final da década de 1980, com algumas políticas que trouxeram relativa melhoria salarial aos servidores públicos federais, meu pai me



matriculou em colégio particular, um paroquial (educação religiosa), no qual cursei o antigo ginásio (Fundamental II). Nesta nova escola, uma professora de português, Ana Lucia (branca) me marcou bastante. Com ela aprendi a gostar de literatura e li clássicos como *Dom Casmurro* e *O Alienista* (Machado de Assis); *O Cortiço* (Aluísio Azevedo), *Iracema* (José de Alencar). Passei também a me interessar por *Gibis*, colecionava edições da “Turma da Mônica”, super-heróis; revistas semanais. Tudo isto porque a professora Ana Lúcia estimulava o meu prazer pela leitura e conseqüentemente o meu intelecto. Entretanto, nessa instituição escolar, ao mesmo tempo em que vivenciei discriminações (raça e classe), aos doze anos de idade, eu conheci o Movimento Negro. Depois de uma apresentação de dança afro (na qual eu era a única menina negra), um rapaz chamado Robson Januário, convidou-me para conhecer um grupo de dança popular em Olinda, o *Frevo Capoeira e Passo* (fundado pelo saudoso passista de frevo Nascimento do Passo), onde comecei a fazer aulas. Robson também me agregou ao Centro de Cultura Negra Malcom X (oriundo do GT cultura do Movimento Negro Unificado) no qual ele era coordenador. Esse Centro atuava com formação sociocultural de adolescentes e jovens negros e negras em Paulista/PE. Na escola eu recebia o letramento; em casa, o afeto paterno e materno; e no *Malcom X*, a minha educação para as relações étnico-raciais e a preparação para o “combate” ao racismo. Foi no *Malcom X*, junto com Robson Januário e Verônica Santos, ambos historiadores e outros jovens como: Rosângela Nascimento (Zozó), hoje professora, poetisa e escritora; as irmãs Silvana e Joseane (Jó); Fabiano Souza, músico e articulador cultural (atual presidente do Afoxé Alafin Oyó); Jacilene (historiadora e ativista do MST); Girlana Diniz (Assistente Social) que construí minha autoestima enquanto menina negra e aprendi os primeiros passos de luta antirracista. O segundo grau (Ensino Médio), eu cursei em um colégio especializado na preparação de “feras” para ingressar nas universidades e faculdades de referência no estado. E foi dessa instituição que sai para a universidade pública. Enfim, o gosto pelos estudos foi desde criança, devido aos esforços e incentivos de meus pais, que acreditavam na educação para a construção de minha autonomia. Eu sempre era aprovada por média e com boas notas. Contudo, como frisou Nilma Gomes (1996, 2017), a escola é um espaço sociocultural permeado por conflitos e contradições, onde o racismo, a discriminação racial e de gênero fazem parte da cultura e estruturam a convivência entre os sujeitos. O *Movimento Negro* no Brasil, no entanto, tem sido substancial para a construção e a afirmação da identidade racial negra e para o fortalecimento das lutas emancipatórias. Como narrei, sou parte



dessa geração formada por esses movimentos sociais, que possibilitaram a minha preparação para viver em sociedade racista.

HISTÓRIAS E VOCAÇÕES

Como foi a escolha pela História? O que te motivava e evocava na graduação?

No início eu queria cursar a faculdade Direito, por influência de uma prima de segundo grau de meu pai. Em 1996, prestei dois vestibulares: Direito na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), e História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Decidi pela universidade pública, pois o curso era noturno e eu queria trabalhar para ajudar nas despesas da casa. Consegui uma vaga de telefonista em uma empresa (Informador de Pernambuco – 9001212) na qual fiquei um ano. Em 1997, sai do emprego e prestei novo vestibular para a UFPE. Escolhi novamente História, pois já simpatizava com o curso devido ao convívio com os companheiros e as companheiras do Movimento Negro: Robson Januário e Verônica Santos (meus formadores), Lindivaldo Júnior (conhecido como *Júnior Afro*, primeiro coordenador do Núcleo da Cultura Afro-Brasileira da Prefeitura do Recife) que eram estudantes da UFRPE; Verônica era graduanda em uma instituição particular (FUNESO).

Meu interesse real pela graduação, surgiu a partir do quarto e do quinto períodos. Havia deixado o *Malcom X* e ingressado na sede do MNU/PE no Recife e tentei fomentar diálogos sobre o racismo e a discriminação racial com a juventude negra (raríssimos na época) do meu curso. Infelizmente, não obtive sucesso nessa empreitada. Na minha turma de graduação havia poucos estudantes negros. Se bem me recordo, eu era a única militante. Articulava-me com pessoas de outras graduações, períodos mais avançados que o meu, pois minha movimentação era limitada no grupo-classe. Com todos os paradoxos e polêmicas que possam existir, o NEBA (Núcleo de Estudos Brasil-África) — naquela época — foi um espaço de relevância para as temáticas dos estudos africanos e com o qual pude contar. Esse núcleo tinha um programa de entrevistas e de debates na Rádio Universitária AM que suscitava o diálogo entre a academia e o movimento social, lideranças afro religiosas, estudantes como eu, que já tivessem vivência na pauta racial, anteriormente ao ingresso na universidade. Assunto, naquela época, quase inexistente na UFPE.



Pensando em me dedicar ao mundo acadêmico, busquei a integração aos núcleos de estudos, como estratégia para me inserir no curso de História. Particpei de um grupo de estudos de História da República, liderado pela professora Ana Maria Barros, que, porém, teve vida curta, pois os(as) discentes tinham interesses diversos que nem sempre convergiam com a proposta daquele círculo. Eu por exemplo, queria pesquisar o período escravista. Já entrei na Universidade com algumas questões que trazia comigo do MNU: no Quilombo dos Palmares uma referência de reconstrução social da população africana e de sua descendência; as figuras de Zumbi e de Dandara experiências de luta. Estudar a sociedade escravista, seria então, o caminho para me aproximar de África e de todos os meus referenciais raciais e de “combate” à discriminação racial. Algumas disciplinas me deixavam bastante motivada, como História da América, História de Pernambuco e uma optativa sobre escravidão em Pernambuco que cursei na época. Porém, não houve oportunidades de bolsa de pesquisa naquele tempo.

No ano de 2000, eu comecei a cursar disciplinas com professor Severino Vicente da Silva, o Biu Vicente, (referência de História da Igreja no Nordeste e Cultura Popular na região da Mata Norte de Pernambuco); sendo ele um dos docentes com quem mais estabeleci diálogo e criei vínculos na Universidade. Foi ele quem me incentivou a fazer uma Iniciação Científica (IC), sobre “A formação religiosa da sociedade brasileira na obra de Gilberto Freyre”. Essa foi a única oportunidade que eu tive para a prática investigativa, um dos passos significativos para um futuro mestrado, doutorado, enfim, a carreira acadêmica. Esse foi um momento do exercício da resiliência. Embora não fosse entusiasmada pelo meu tema de pesquisa, uma questão me motivava era estar sendo formada por um professor como Biu Vicente: exímio historiador, que me treinou não só na pesquisa, como também me preparou para o exercício do magistério. Docente com larga experiência, lecionou no ensino médio por mais de duas décadas, antes de ingressar na UFPE. Nesse mesmo período, participei de projetos de elaboração de material didático para pré-vestibular, a exemplo da *Coleção de história* (livro e CD-ROM) da antiga Editora Água Marinha, coordenada pelo referido professor.

PAISAGENS, SONS E INSPIRAÇÕES



Sua graduação nos anos 90 e os seguintes foi também um momento de efervescência. Como isso te mobilizava em termos intelectuais? Quais os livros, abordagens, autores?

Fiz a graduação na UFPE entre 1998 a 2002. Foi a época, a partir do ano de 2000, que a Universidade estava revisitando o pensamento de Gilberto Freyre por ocasião do centenário de nascimento do sociólogo. Embora a minha IC fosse acerca do intelectual cuja obra mais corroborou o mito da democracia racial, foi o ponto de partida para o meu despertar por temas como as religiões afro-brasileiras e as práticas religiosas de mulheres negras, seja no catolicismo, seja no candomblé. Ao longo das pesquisas essas inquietações foram tomando outras formas e meus interesses iam sendo desenhados a partir das possibilidades de contraposição às epistemes freyrianas.

Um fato bastante emblemático para mim, neste período, foram dois eventos no ano de 2000. No mês de agosto, o Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) inaugurou a *Cátedra Gilberto Freyre*; e no mês de novembro, o CE, sediava o *I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros*. O I COPENE foi presidido por Lídia Cunha (hoje professora da UNEB), recifense, ativista negra que havia concluído o mestrado em História. Nessa oportunidade, fui monitora no Congresso. Até então, eu nunca tinha visto tantos intelectuais negros e negras e de diversas áreas: história, sociologia, antropologia, saúde. Pela primeira vez eu estava na Universidade com o sentimento de pertença. O evento foi um estímulo acadêmico com perspectiva de inclusão racial e com horizontes de possibilidades de diálogos e de redes com outros(as) estudantes. Ao ver aquela concentração de mestres(as) e doutores(as)negros(as), sentia-me animada a continuar meus projetos. Isto sem perder de vista a concepção de que a universidade e o espaço acadêmico são lugares —como evoca Grada Kilomba— da “branquitude”. Mas, o Copene simbolizou para mim que era possível a construção do conhecimento também por cientistas negros e negras.

Ser discente de História da UFPE, alegoricamente, significava “viver para os livros”. Desde os clássicos da filosofia e da literatura gregas, passado por marxistas, pós-modernos aos intelectuais pernambucanos, a carga de leitura era imensa. Limite-me a citar algumas e poucas obras e autores que ainda permeiam a minha memória recente. “*O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*”, de Peter L. Berger (1985), foi um livro que lia e relia durante todo o percurso da IC. Eu considerava



interessante toda aquela discussão acerca das religiões como profilaxia contra a anomia social dos indivíduos. Porém, como nutria grande interesse em estudar o século XIX e o escravismo, como mencionei, penso que foram essas leituras de maior influência na minha vida de estudante de graduação em História. No ano que ingressei na UFPE, o historiador Marcus Carvalho lançou “*Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife — 1822-1850*” (1998), trabalho que se tornou um mastro fundamental para nós graduandos(as), na época, interessados(as) nos estudos não só sobre escravidão, mas sobre a população negra no Recife. “*Modernização sem mudanças: a indústria açucareira em Pernambuco- 1840-1910*” de Peter Einsenberg (1977) foi um manual de orientação para mim acerca da história social da escravidão, nos temas do tráfico e dos processos de abolição gradual. Outra importante obra foi “*Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*”, de João José Reis e Eduardo Silva (1986), sobremaneira, o capítulo escrito por Silva: “Entre Zumbi e Pai João — o escravo que negocia”. A leitura da obra de Reis & Silva foi fundamental para renovar as minhas percepções acerca da complexidade dos sujeitos escravizados e “desromantizar” a ideia de que as revoltas escravas e os quilombos foram as agências mais legítimas de resistência negra. Ainda “*Rebelião escrava no Brasil: a história dos malês em 1835*” de João Reis (1988) foi outro clássico nos estudos da escravidão, e *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* (1996) de João Reis e Flávio Gomes, ampliou minhas formulações acerca das experiências diversas e múltiplas das comunidades de fugidos, ou seja, dos quilombos.

As obras de intelectuais negros, como Kabenguele Munanga (*Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (1999) e Inaldete Pinheiro (*Racismo e antirracismo na literatura infanto-juvenil* (2001), faziam parte de minha bibliografia particular. Poetas, como Adão Ventura (*Negro Forro* foi um poema que me marcou bastante em *A cor da pele* (1980), Solano Trindade e Lêpe Correia, inspiravam-me e fortaleciam a minha caminhada. Eram textos, em especial, dos escritores(as) de Pernambuco (Solano e Lêpe), que traduziam as minhas experiências pregressas à Universidade e que, de certa forma, mobilizavam-me nas adversidades.

Bibliografias obrigatórias de disciplinas, também fizeram a diferença, como as “eras hobsbawmlianas” (perdão, mas às vezes arrisco-mena elaboração de neologismos!), ou seja, *A Era das Revoluções, A era dos Extremos, A era do Capital, A era dos Impérios. Nações e nacionalismos desde 1780* (1990), se tornou meu referencial — que revisito até hoje — para pensar na invenção dos Estados-Nações, na forja das tradições culturais,

hegemônicas ou contra hegemônica. Os intelectuais pernambucanos, como o geógrafo e historiador Manoel Correia de Andrade; Evaldo Cabral de Mello, José Antônio Gonsalves de Mello se faziam presentes nas discussões de Colônia e Império. Destaco ainda o livro “*Liberais e liberais: a guerra civil em Pernambuco no século XIX*” (1996), da historiadora Socorro Ferraz, relevante para a compreensão da história política e das elites econômicas do estado onde nasci, me criei e nele resisto a continuar vivendo.

Outros autores, que fizeram parte não só da minha geração na UFPE, mas decerto de outras universidades brasileiras, como Fernand Braudel, Marc Bloch, Norbert Elias (*O processo civilizador*, volumes 1 e 2); Carlo Ginzburg - *O queijo e os vermes* (1987), *Mitos, emblemas e sinais* (1989), *A micro-história e outros ensaios* (1991)); Robert Darnton (*O grande massacre dos gatos*), eram leituras de tradição. As construções teóricas e metodológicas da microanálise italiana, sobretudo, Ginzburg trazendo — com o moleiro Menocchio — a ideia de circularidade cultural, fazia-me pensar nos sujeitos anônimos da história, as mulheres e os homens negros pelos quais eu estava interessada em analisar suas trajetórias, que resistiam utilizando-se de elementos culturais apreendidos nas Américas. Outros autores fundamentais na minha formação foram Walter Benjamin (com a ideia de “escovar a história a contrapelo”), um dos escritores mais recorrentes na disciplina de Teoria da História; e Peter Burke, com as concepções da “história vista de baixo”. As efervescências da História Social da Cultura e da História Cultural, desde a década de 1980, continuaram a marcar também a minha geração.

Como foi a sua entrada na pós-graduação e escolha de temas para estudo?

“Você não sabe o quanto eu caminhei para chegar até aqui. Percorri milhas e milhas...” A estrada (1998), música da banda Cidade Negra, traduz um pouco do meu sentimento nesse trajeto. Ao concluir a graduação (maio/2002), um professor com quem cursei as disciplinas didáticas da licenciatura, no CE, sugeriu que eu fizesse a Pós-graduação *lato sensu* Especialização em Ensino de História, na UFRPE. Fiz a Especialização e ao longo do curso fui também buscando elaborar o meu pré-projeto para a seleção do mestrado programada para o final de 2003. Duas questões concorreram para a escolha do meu tema de mestrado: a primeira, como comentei, da IC que despertou o interesse pelos terreiros de xangôs em Pernambuco e o protagonismo das mulheres negras nos espaços do candomblé e do catolicismo; a segunda, o meu lugar de religiosa. Eu era



omo orixá (filha de santo) de uma casa de candomblé, bastante conhecida aqui no Recife e em Olinda — o Terreiro Santa Bárbara — Nação Xambá — que foi meu *locus* de observação. Não era comum a temática das religiões afro-brasileiras no PPGH da UFPE. O primeiro trabalho foi a dissertação de Martha Rosa F. Queiroz (1999), discutindo a questão das perseguições étnico-religiosas durante o Estado Novo. Em seguida, a tese de doutorado de Zuleica Dantas (2001), cujas preocupações foram semelhantes às de Queiroz. Na época, eu queria desenvolver um estudo sobre a chegada do Terreiro Xambá no bairro do Portão do Gelo e a ocupação/organização do espaço urbano pelos membros dessa casa afro religiosa. Portanto, a minha proposta temática era a terceira a ser aprovada no PPGH/UFPE. Defendi a dissertação em maio de 2006. O examinador externo (professor Joanildo Burity) ficou interessado em minha pesquisa e me ofereceu uma bolsa de *pré-doc* na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Era uma época das políticas de incentivo às instituições de ensino e pesquisa, e havia financiamento para mestres(as) desempregados(as), como eu, que queriam continuar a formação acadêmica. Agradei o convite do professor Joanildo, mas não aceitei porque eu teria que ir para a área de Ciências Políticas.

Foi momento de rever percursos, de avaliar estratégias, de retomar projetos e de realizar o antigo desejo da graduação: estudar Pernambuco no período escravista. O tema era bem recorrente no PPGH da UFPE, porém, intrigava-me o fato de as pesquisas darem pouca atenção à população negra egressa do cativo, ou seja, as mulheres e os homens libertos e livres; além do mais, eu queria também me dedicar aos estudos sobre a África e as experiências das pessoas originárias daquele continente, sobretudo as que se aglutinaram sob o etnônimo *nagô*, devido ao meu lugar social de religiosa. Na Pós-graduação de História da UFPE, não havia naquela época linhas de pesquisa ou centros específicos— consolidados — para essas abordagens, a exemplo da atual *Mundo Atlântico* (criada, em 2007, no PPGH) e *Escravidão e Invenção da Liberdade* do PPGH da UFBA, e o *Cecult* na UNICAMP. O professor Marcus Carvalho, por sua vez, sempre falava da importância de termos, em nossa formação intelectual, novas experiências, aprendizados. Decidi-me, portanto, tentar a seleção na UFBA. Uma vida — acadêmica — nova e cheia de possibilidades iniciou-se para mim. Por fim, parafraseando Gilberto Gil, admito que o PPGH/UFBA, “me deu régua e compasso”.



Fale um pouco da sua trajetória acadêmica em diferentes locais e instituições recebendo influências e acompanhando o campo de estudos.

Eu fiz a graduação na UFPE no final do governo de FHC, como mencionei, de 1998 a 2002. O desmonte e as privatizações de instituições públicas e, sobretudo, a retirada de recursos das áreas da Saúde e da Educação, atingiram diretamente as universidades e o fomento de bolsas de incentivo à pesquisa era cada vez mais escasso. Por isso, comecei a lecionar antes da conclusão do curso como garantia de subsistência. No segundo semestre de 2002, ministrava aulas em uma escola particular, no horário da manhã, e à tarde trabalhava no Núcleo da Cultura Afro-brasileira (NCAB) da Prefeitura do Recife. Foi um novo período para rever itinerários, temas, perspectivas. A pós-graduação *latu sensu* em Ensino de História na UFRPE (2002-2003), assim como o NCAB, foi bastante significativo para eu me aproximar mais do campo de estudos afro-brasileiros e vivenciar na prática as técnicas da história oral. O Núcleo atuava no fortalecimento e na promoção das expressões da cultura negra em Pernambuco. Os trabalhos só se limitavam às festas de momo e do ciclo junino, pois abrangiam pesquisas e produção de material impresso. Os diálogos com as lideranças negras do carnaval do Recife, que eram articulados pelo coordenador do Núcleo, Lindivaldo Júnior (Júnior Afro), entusiasmasavam-me pelos desvios conceituais consagrados pelos memorialistas das elites socioeconômicas. Era fazer de fato “história vista de baixo”. Paralelamente, no curso de especialização em Ensino de História da UFRPE, as temáticas da cultura popular, inclusive, as práticas religiosas afro-brasileiras, eram mais recorrentes nas disciplinas de diversos professores. Foi também o momento de retomar as relações com os movimentos sociais e culturais negros, de fundamental importância em minha formação cidadã e intelectual. Ainda, os conhecimentos adquiridos e outros aprofundados nessas instituições (UFPE, UFRPE e NCAB) trouxeram-me novas experiências profissionais. Atuei em dois trabalhos na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE): no primeiro, *Empreendedores da Cultura 2003*, ministrei aulas sobre História da África e Cultura Afro-brasileira, por ocasião da implementação da Lei nº 10.639/03. Era um curso direcionado para artistas, educadores e gestores. No segundo, *Festival de Inverno de Garanhuns*, fui facilitadora de oficinas de patrimônio, abordando a cultura afro-pernambucana, na comunidade quilombola do Castainho (*Ubanga Dikila*, 2003; *Dikila Dudu*, 2004). Outro espaço relevante na minha trajetória foi o Grupo de



Estudos Quilombo Cultural Malunguinho do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE (idealizado por João Monteiro em 2002), no qual se reuniam estudantes universitários, ativistas do movimento negro, lideranças afro religiosas interessados no personagem histórico Malunguinho, líder do Quilombo do Catucá (1835), que se tornou uma das entidades mais cultuadas pela Jurema Sagrada. Nesse grupo, líamos textos de história da escravidão em Pernambuco e as pesquisas de intelectuais que estudaram os terreiros de xangôs, no Recife, nas décadas de trinta, sessenta, setenta: Vicente Lima (1937), Waldemar Valente (1977), René Ribeiro (1978), entre outros. Um dos resultados deste grupo foi o projeto *Malunguinho histórico e divino* (vídeo do comentário e folheto de cordel produzidos por Mísia Coutinho), no qual integrei como pesquisadora. Foram esses acúmulos, portanto, que me impulsionaram a tentar o mestrado nesse campo de estudos sobre população negra no período republicado.

Regressei como estudante à UFPE, em 2004, para cursar o mestrado. As abordagens da História Cultural haviam se ampliado no PPGH, e os temas ligados ao período republicano emergiam de forma expressiva (dos quatorze projetos aprovados no mestrado, apenas um sobre a temática indígena era do período imperial). Os novos concursos, a partir de 2003, renovaram o quadro de docentes, sobretudo com o ingresso de professores oriundos de outras regiões, inclusive do Sudeste, que influenciaram na criação e no fortalecimento da *linha de pesquisa Cultura e Memória*, abrangendo temas do tempo presente. Em todas as disciplinas, lia-se autores da pós-modernidade, bem como aqueles privilegiados pela História Social da Cultura: Michel Foucault, Michel de Certeau, Gilles Deleuze, Jacques Derridá, Paul Ricoeur, Roger Chartier, Michel Pollak, Carlo Ginzburg, Natalie Zemon Davis, Stuart Hall, Edward Said, E. Thompson. As abordagens conceituais de práticas culturais de espaços, de Michel de Certeau; cultura como resistência, de Edward Said; e identidade e posicionamento político, em Stuart Hall foram fundamentais para a construção de meu trabalho. Fiz ainda uma disciplina no programa de pós-graduação em Antropologia, pois estava interessada também nas discussões sobre imaginário, cultura popular e memória. A minha orientadora foi a professora Regina Beatriz Guimarães Neto que é uma referência nos temas que articulam História e Memória, Cultura, Narrativa e História. Conquanto o meu tema de pesquisa não fosse de seu campo de interesse, sua leitura arguta e a perspicácia de suas análises foram significativas para que eu alcançasse êxito no meu trabalho. Em uma disciplina que cursei com ela, na pós-graduação, li *A escrita da história* (Certeau, 2002) e aprendi que a



escrita da história, embora seja feita dentro de rigorosos critérios (teóricos, metodológicos, análise crítica das fontes documentais) e submetida à avaliação pelos nossos pares, a narrativa, a linguagem do texto escrito ganham destacada relevância. Por isto, a importância de construir um trabalho com esmero dissertativo para que seus usos se façam para além da universidade.

Após defender a dissertação do mestrado (maio/2006), fui procurar emprego. Surgiu, então, a oportunidade de lecionar nas pós-graduações *latu sensu* em Ensino de História e Ensino de História das Artes e das Religiões da UFRPE (coordenadas pelo professor Paulo Donizéti Siepiersky que foi meu orientador de monografia do curso de Especialização em Ensino de História). No final daquele ano, a UFRPE também abriu concurso para professor substituto (disciplina Formação Econômica do Brasil). Fiz e passei. Lembro-me do ponto didático: “Visões da liberdade” (título homônimo ao livro de Sidney Chalhoub). Preparei a aula sobre resistência escrava na perspectiva abordada por Chalhoub em sua obra. Como docente (temporária) nessa instituição agreguei novas influências intelectuais, especialmente, com pesquisadores que tinham apressado pesquisas arquivísticas, que me fortaleceram a enveredar, finalmente, nos estudos sobre o período escravista em Pernambuco, no século XIX, a partir da vivência da população africana liberta.

Em 2008, ingressei na UFBA. Cursei disciplinas no Programa da Pós-graduação em História e no CEAO (Centro de Estudos Afro-orientais) para conhecer os(as) docentes e os(as) pesquisadores(as) da instituição. De alguns estudiosos, como João Reis, Lígia Bellini, L. Nicolau Parès, eu já conhecia a produção. Parès (2006) foi uma das minhas referências para recuar no tempo e estudar a população africana em Pernambuco no século XIX, buscando articular o período do tráfico atlântico à reinvenção das nações africanas no Recife. No CEAO, fiz um curso sobre Religiões na África com Nicolau Parès. O curso era muito enriquecedor, trazia discussões historiográficas e antropológicas sobre a complexidade religiosa do Continente Africano: Ronaldo Vainfas, Marina de Mello e Souza, J. Thornton, Ioan Lewis, Evans-Pritchard, Peter Geschiere, eram alguns dos autores discutidos para pensar nas experiências religiosas dos povos africanos para além dos cultos tradicionais. Além do mais, era uma turma de público bem diverso. Entre estudantes vinculados à universidade e alunos especiais (matriculados só nessa disciplina), havia desde ativistas do movimento negros, membros de terreiros de candomblé até educadores(as).



Eu estudei temas ligados ao período republicano. Foi muito desafiador mudar o recorte temporal, apreender o debate historiográfico sobre meu tema, as reflexões teórico-metodológicas necessárias para poder realizar o doutorado. Confesso que pensei — uma única vez — em desistir. Naquela época, era de interesse comum entre as pessoas estudiosas da sociedade escravista, conseguir recuperar trajetórias individuais ou de grupo de escravizados e libertos a partir de uma densa pesquisa empírica realizada em vários jogos documentais e arquivos diversos. O exercício da microanálise (Ginzburg, 1989, 1991; Levi, 2000) e o da descrição densa das fontes (Geertz, 1989) era o caminho metodológico que os pós-graduandos (mestrandos e doutorandos) procuravam seguir. Os temas como alforria, prisões, mundos do trabalho, inovavam através dos recortes temporais e atores sociais (cito por exemplo, as pesquisas de doutorandas como Kátia Lorena Novais Almeida, que investigou alforrias no sertão baiano no século XVIII; Cláudia Trindade, que estudou os encarcerados escravizados africanos e libertos e o sistema prisional na Bahia oitocentista; e mestrandas, como Daniele Souza, dedicada ao trabalho ao ganho de africanos escravizados na Bahia setecentista). Não há como negar que a produção historiográfica dos intelectuais consolidados no Brasil que se projetaram no debate internacional tinha grande influência devido a profundidade da pesquisa empírica, estilo da escrita, originalidade na construção de seus objetos: João Reis, Robert Slenes, Sidney Chalhoub, Silva Lara, Hebe Mattos, Flávio Gomes. Outros(as) historiadores(as) de gerações posteriores aos(as) citados(as), como Isabel Reis, Walter Fraga e Wlamyra Albuquerque serviam de inspiração. Reuni esforços inenarráveis para dar conta da produção historiográfica, da pesquisa, das construções teóricas e metodologias do campo de estudos. Porém, o maior impacto na minha formação foi, sem dúvidas, a linha de pesquisa *Escravidão e invenção da liberdade* (idealizada e coordenada pelo professor João José Reis), a qual estive vinculada enquanto estudante da pós-graduação. Considero dispensável maiores comentários acerca desse espaço de produção acadêmica, visto que as maiores referências da historiografia social da escravidão e da pós-emancipação espalhadas por diversas IES no Brasil passaram por lá ou são seus membros.

Para encerrar essa sua pergunta, quero registrar mais uma vez a relevância da orientação em nossa trajetória acadêmica. Eu tive uma sorte grandiosa em ter sido formada, no doutorado, por uma das maiores referências, no Brasil e no exterior, nos estudos da escravidão nas Américas: professor Flávio Gomes. A erudição, o requinte nas



análises metodológicas e a sofisticação teórica, além da larga experiência de pesquisa arquivística presente em sua vasta obra, foram as ferramentas com as quais pude contar desde os primeiros momentos do doutoramento. Nesta época, “*História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*”, precisamente a edição ampliada e revisada de 2006, se tornou minha “bússola” metodológica de pesquisa. Através de suas orientações pôs em prática a imaginação histórica (Davis, 1987 [1982]) — controlada pelos rigores do ofício de historiador. Embora soubesse de minhas lacunas enquanto neófito nos estudos oitocentista e os da sociedade escravista, não apenas me orientou adequadamente para que eu construísse o meu objeto de pesquisa, mas, generosamente, me formou e me preparou para que eu -- depois da conclusão do doutorado -- tivesse as condições necessárias para continuar nesse campo de estudos. E nele permaneço...

LIBERTOS AFRICANOS NO BRASIL OITOCENTISTA: SILÊNCIOS

Suas pesquisas sobre africanos na liberdade e religiosidades são referências. Você poderia falar um pouco sobre a construção deste objeto e da sua pesquisa?

Iniciando pelo trabalho do mestrado, o título de minha dissertação foi “*Nos arrabaldes da minha cidade: práticas de apropriação e estruturação dos espaços no subúrbio do Recife pelo Terreiro Santa Bárbara – Nação Xambá (1950-1992)*”. Duas indagações me acompanharam durante todo o trajeto da pesquisa e na elaboração da narrativa. A primeira era em relação a urbanização, isto é, a construção das cidades a partir das ações cotidianas dos sujeitos “anônimos”. O segundo ponto referia-se ao protagonismo dos adeptos das religiões afro-brasileiras na composição do espaço urbano. Meu objetivo era perceber como o povo-de-santo engendrava e reelaborava estratégias para se organizar nas áreas citadinas excluídas pelas elites e pelas instâncias político-econômicas, formandoum bairro, ou seja, a malha urbana. Essas eram questões para entender o surgimento, nas décadas de 1930 (período da política de higienização e de combate aos mocambos no centro das capitais dos estados brasileiros), e a consolidação dos subúrbios do Recife (nos anos 1950 em decorrência da industrialização), a partir dos deslocamentos — do centro para a periferia — da população negra e pobre. O conceito de bairro de Certeau (1996), qual seja, enquanto espaço público produzido nas relações



sociais, envolvendo vizinhança, comércio, trajetos cotidianos, práticas de conhecimento de lugares, pessoas ligadas umas às outras pela proximidade ou convivência, foi crucial para pensar a periferia que, por sua vez, tornou-se a partir dos anos trinta, “o pedaço do povo-de-santo”, o terreiro, concomitantemente, um articulador de todo esse processo (Brumana, 1991). O *locus* de observação foi o Terreiro Xambá sob a liderança de Severina Paraíso da Silva (Mãe Biu). Em 1951, Mãe Biu e suas famílias sanguínea e religiosa deslocaram o terreiro do bairro de Santa Clara (Recife) para a localidade do Portão do Gelo (Olinda). Esse foi o evento ponto-de-partida para as minhas reflexões. A nova sede do terreiro no Portão do Gelo, a organização de seus membros no entorno do templo foram agentes de colaboração do processo de ocupação/habitação do lugar, conseqüentemente, do surgimento daquele bairro (Portão do Gelo). Meu objeto de pesquisa estava gestado, nas práticas culturais de apropriação de espaços (físicos, simbólicos, antropológicos) desenvolvidas pelo grupo social do terreiro que, às voltas das práticas religiosas, criou redes de sociabilidades, assegurando não só a fixação no bairro, mas sobretudo, sua inserção em diversas áreas da cidade. Eu me ancorei teoricamente nas concepções de práticas culturais de Certeau (1994, 1996). Portanto, não se tratou de um trabalho historiográfico acerca das religiões afro-brasileiras no Recife ou sobre as peculiaridades rituais do culto de orixás Xambá. Essas foram questões entrelaçadas na narrativa como aglutinadoras das pessoas que protagonizaram essa história de ocupação do espaço urbano do bairro do Portão do Gelo a partir da chegada do Terreiro Xambá nesse lugar.

As pesquisas concentraram-se em dois acervos de fontes escritas: o APEJE (mapas cartográficos e topográficos do Recife nas décadas de 1950; a coleção dos jornais *Diário de Pernambuco* e *Folha da Manhã*, no período de 1930 a 1970). E, o Memorial Severina Paraíso da Silva — Mãe Biu (fotografias, objetos, livros). Além do arquivo particular da família sanguínea da Ialorixá. Vale ressaltar que, assim como enuncia Certeau (2002) na “operação historiográfica”, transformamos fontes em “documentos” a partir do processo de deslocamento de antigos para novos jogos documentais. Os livros de organização do terreiro (registros de feitura de filhos e filhas de santo, atas de reunião, notas fiscais, estatuto de fundação do terreiro, documentos da federação de cultos afros, cartas etc.) bem como documentos pessoais, de familiares, foi o que tornou esse trabalho possível. Desse modo, foi a partir da reunião dessas informações escritas que construí minhas fontes documentais. Por outro lado, fiz “usos e abusos da história oral” (Ferreira;



Amado, 2005). A utilização das fontes orais e da metodologia da história oral foi fulcral para adentrar no universo das práticas culturais do Terreiro Xambá. Selecionei onze pessoas para serem minhas narradoras, sendo, dois os critérios para a escolha dos indivíduos sociais: primeiro, a participação no processo de deslocamento do terreiro do bairro de Santa Clara para o Portão do Gelo; segundo, o fato de essas pessoas estarem emersas em relações mais estreitas com Mãe Biu, devido ao auxílio concedido pela Ialorixá na garantia de arranjos de moradia, de trabalho etc. Entre as discussões conceituais sobre história e memória, filie-me à ideia de que a memória é constituidora dos espaços. As pessoas ao relatarem suas experiências, demarcam, codificam e distinguem simbolicamente os lugares e as espacialidades (Guimarães Neto, 2005). Quero destacar que os limites entre as narrativas do depoente — permeadas de lembranças, silenciamentos e esquecimentos (Pollack, 1989) — e a reconstrução do passado são os desafios que os pesquisadores enfrentam para a produção de suas fontes para a construção de sua narrativa.

Esse trabalho foi muito gratificante. Após três anos, em 2009, saiu pela Editora Annablume, com o título “*É do dendê! História e memórias urbanas da Nação Xambá no Recife (1950-992)*”. Mesmo depois de mudar de campo de estudos e de interesses de pesquisa, ainda colho seus resultados positivos. Fiz também outras pesquisas sobre religiões negras no século XIX e publiquei, em coautoria, utilizando fontes jornalistas, dados paroquiais sobre africanos ocidentais e candomblé no Recife e no Rio de Janeiro no período oitocentista cujos frutos podem ser encontrados na *Revista Jesus Histórico* (2020). Devido aos meus esforços de trabalho no campo da religiosidade negra, em 2006 co-organizei a coletânea *Religiões negras no Brasil da escravidão a pós-emancipação*, publicada pela editora Selo Negro. Nesse livro, estão reunidas as referências da história e da antropologia da religião e da religiosidade negras de diversas regiões brasileiras.

Por sua vez, a tese de doutorado “*Trajetórias negras: os libertos africanos da Costa d’África no Recife (1846-1890)*”, defendida em maio de 2013 é fruto da reunião de inenarráveis esforços e superações intelectuais. Como já sinalizei, em algumas passagens aqui, tornei-me uma estudiosa da sociedade escravista do século XIX a partir de 2007, ou seja, quando iniciei as pesquisas para elaboração do pré-projeto para a seleção no PPHG da UFBA. Desse tempo levei uma indagação que tinha desde a graduação: como foram as vidas dos homens e das mulheres ex-escravizados (as) na capital de Pernambuco? O interesse de investigar essa temática se dava devido ao fato de a produção historiográfica



da UFPE ter larga tradição nos estudos da escravidão, porém pouca atenção aos libertos, em particular, africanos. Não havia nenhuma sistematização das vivências das pessoas da África em Pernambuco. Em 2010, uma dissertação sobre “africanos livres” — aquelas pessoas traficadas e apreendidas pela marinha inglesa em 1831— foi defendida (por Cyra Luciana Fernandes), mas eu já estava na metade do curso de doutorado. Embora o tema dos africanos libertos fosse bastante visitado no Brasil, sobretudo na Bahia, em Minas Gerais, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro; meu trabalho pretendia a sistematização desse campo para Pernambuco. As pesquisas anteriores de Manuela Carneiro da Cunha (1985), Maria Inês Cortes de Oliveira (1988), Milton Guran (2005) foram alguns dos trabalhos mais específicos sobre o meu tema, portanto, auxiliaram-me significativamente no meu percurso.

Seguindo os postulados da História Social, em especial, as concepções de E. Thompson, esse foi um estudo em que cotejei a experiência social de mulheres e homens africanos que após a conquista da manumissão, articularam estratégias para se afastarem dos estigmas do cativo. Como é sabido, a passagem da escravidão para a vida em liberdade não era algo radical no que diz respeito a mudanças significativas e aquisição de direitos e sempre permeada por simbologias e por rituais, por isso a carta de alforria tão almejada dificilmente assegurava melhorias para o liberto. A maioria da população egressa do cativo, por esta razão, viveu uma liberdade precarizada (Chalhoub, 2010). Contudo, minhas pesquisas me levaram a estudar libertos africanos que conquistaram alguma afluência econômica na cidade do Recife no século XIX. Outra questão para a qual busquei respostas foi o fato de os egressos do cativo, cujos nomes perquiri e acompanhei estarem identificados no etnônimo geral de “Mina” em vários jogos documentais consultados. Pernambuco, no século XIX, assim como o Rio de Janeiro, recebeu do infame comércio de humanos da África, um número expressivo de gente da região centro-ocidental (“angolas”). No entanto, os atores sociais que pululavam das fontes que eu pesquisava tinham sido embarcados na região da “Costa da Mina”. Vários temas apareceram dentro deste cenário que descrevi: tráfico, família, morada, etnicidade, trabalho, e, como sempre, religião. Todavia, quero frisar um dado desafiador que se apresentou para mim, neófito nos estudos da escravidão: o caso de as investigações terem me encaminhado para revisar o tema dos *malês*, ou seja, dos africanos islamizados — estudo consagrado na obra *Rebeliões escravas no Brasil*, de João Reis — por serem as pessoas que mais apareciam nas redes de sociabilidade, em circunstâncias múltiplas, as



quais eu tentava recuperar, e, ainda, por estarem disputando espaços políticos nas irmandades católicas.

Minhas pesquisas, no doutorado, também se concentraram nos arquivos pernambucanos, porém, fiz levantamento de documentos no Arquivo Público da Bahia e na Biblioteca Nacional (BN). Sobre esse último acervo, eu concorri a uma bolsa de pesquisador oferecida pela BN e fui contemplada no segundo semestre de 2008, porém, declinei desse financiamento porque já estava com bolsa de outra instituição. Pude, então, trabalhar com dedicação na coleta de uma gama de fontes documentais (registros cartoriais, processos cíveis e crimes, documentação paroquial, jornais, notas de tabelião, fontes policiais, relatos de viajantes etc.) para acompanhar o cotidiano de pessoas que estavam envolvidas em uma mesma rede de sociabilidade. Em outras palavras, fiz pesquisa nominativa (Ginzburg, 1989) para recuperar vínculos comunitários. Aproximei-me metodologicamente das propostas da prosopografia (Levi, 2000; Scott; Hébrard, 2014). Os documentos, que considero primordiais e norteadores no meu trabalho, são os testamentos e inventários *post-mortem*. No geral, eu coletei uma média de 150 testamentos e inventários de mulheres e de homens africanos e negros nascidos no Brasil. Mas, privilegiei apenas 31 registros de pessoas cujas histórias estavam entrelaçadas, fazendo parte de uma comunidade de africanos da Costa da Mina, e eram também uma gente que conseguiu, ao longo de suas vidas, adquirir bens materiais que lhes davam distinção socioeconômica.

Quero, por fim, enfatizar a relevância da empiria no campo da História Social. Alguns intelectuais acusaram a História Social de “ficar contando casinhos e não fazer história”, devido à escolha metodológica de vasta pesquisa documental e da análise densa das fontes. Porém, como enfatizou Sílvia Lara (1995), são críticas infundadas, pois desconsideram a proposta de Thompson acerca da relação existente entre teoria e empiria. Penso que a investigação muitas vezes, exaustiva mediante fontes arquivísticas, significa assumir uma postura teórica e política com o compromisso de construção da realidade, a partir do cotidiano dos atores sociais que deixaram rastros de suas experiências na documentação. Posto isso, a verdade histórica não é um “efeito discursivo”, ela é possibilitada pela investigação experimental.

Creio também que meu afinco na construção desse estudo do doutorado e minha dedicação para inserir-me no debate da história social da escravidão vêm produzindo



efeitos positivos.² E, para finalizar essa sua pergunta, gostaria de dizer que todo esse meu trabalho de pesquisa só foi possível devido a concessão de bolsas que recebi da CAPES (no mestrado) e do CNPq (no doutorado). Enfim, friso, mais uma vez, a importância das instituições de incentivo e de fomento à pesquisa. Sem elas, as dificuldades para a conclusão de cada uma dessas etapas de meu percurso acadêmico teriam sido maiores.

INTERVENÇÕES, POLÍTICAS E PRÁTICAS

Como você avalia a institucionalização das ações negras intelectuais como a ABPN e outras instâncias formais e informais de intervenção pública?

A ABPN, de certa forma, é fruto de organizações do movimento negro que a antecederam, com o objetivo de combate ao racismo e à discriminação racial, atuando na formação educacional e promoção da cidadania da população negra. Como mencionei anteriormente, participei do I Copene (UFPE/2000), quando ainda era estudante de graduação. Após seis anos de fundação da Associação, no IV Copene (UNEB/2006), estive em Salvador para apresentar um fragmento de meu trabalho de mestrado. Observei, naquele momento, o quanto a Associação havia crescido e conquistado inserção em outras áreas, como tecnologia, ciências naturais e jurídicas. Ao longo dessas duas décadas de existência, considero que a ABPN se tornou o maior espaço de concentração da produção/divulgação de pesquisas e de cientistas negros(as), no Brasil, ecoando também internacionalmente. Essa consolidação de lugar da representatividade negra acadêmica é vista nos encontros nacionais e regionais. Em 2019, no II Copene Nordeste (João Pessoa/UFPB), participei como palestrante de uma mesa redonda (“Conhecimentos e práticas religiosas de matriz africana como forma de enfrentamento do racismo”), e notei o quanto o evento foi concorrido e procurado por estudantes de graduação e pós-

²Em 2012, participei de duas coletâneas: a primeira, *Mulheres negras do Brasil escravista e do pós-emancipação* (coorganizada por Giovana Xavier, Juliana Farais e F. Gomes), publicada pela Selo Negro; e a segunda, *História da escravidão em Pernambuco* (coorganizada por Robson Costa e Flávio Cabral), lançada pela Editora da UFPE. Outros textos foram divulgados e podem ser lidos em: *Revista Topoi/UFRJ* (http://revistatopoi.org/site/wp-content/uploads/2018/05/A37_02_p33_56.pdf); *Revista de História Comparada/UF RJ* (<https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/372>); *Clio – Revista de Pesquisa Histórica/UFPE* (<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24714/19989>); *Revista da ABPN* (<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/964/840>). Finalmente, a tese encontra-se no prelo da Editora Alameda, com previsão de publicação para o segundo semestre de 2021.

graduação, pesquisadores com larga experiência acadêmica, além de professores da educação básica. Creio, no entanto, que avanços ainda são necessários para a consolidação dos encontros regionais no Norte e Nordeste.

Quero ressaltar ainda que a ABPN vem se constituindo como a entidade que mais persiste no diálogo profícuo e permanente entre professores/pesquisadores, não só oriundos dos diversos campos do saber, mais ainda os dos diferentes níveis acadêmicos (básico, técnico/tecnológico e universitário). A sua multidisciplinaridade, de fato, é efetiva. Avalio que isso também se deve ao surgimento e ao fortalecimento dos NEABs, parceiros da ABPN (por meio do consórcio Neabs), que atuam na ampliação do debate racial na comunidade universitária, através da implementação das leis educacionais nº 10.639/03 (ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira) e nº 11.645/08 (ensino da História indígena), da lei nº 12.711/12 das cotas raciais nas instituições públicas e; no fomento da preparação intelectual dos estudantes negros. Além disso, a Revista ABPN, vem, cada vez mais, solidificando-se como referência, graças à qualidade da produção científica de intelectuais negros(as) associados(as) ou independentes.

Em tempos do desmonte das instituições públicas de ensino e pesquisa e em meio à pandemia de COVID-19 que fez o mundo parar, é importante mencionar a capacidade de resiliência dos(as) intelectuais negros(as) organizados(as) na ABPN. Esse trabalho, incansável, com a produção de epistemologias e com a propagação de pesquisas e intervenções acadêmicas, culturais, políticas, ganhou notória publicidade, através das mídias e das plataformas digitais. Uma forma de intervenção pública — como você denomina — pode ser vista através das *lives*, em 2020, que foram promovidas pela instituição. Estive, no dia 08/09/2020, em uma mesa de debate, discutindo a implementação da Lei nº 10.639/03 nas ciências humanas e exatas (segue o [link](https://bitly.com/AmQZ3) da mesa <https://bitly.com/AmQZ3>). A Associação, inclusive, mostrou resistência enquanto espaço da produção científica protagonizada por acadêmicos(as) negros(as), através da realização do XI Copene, em seu canal do *YouTube* e no *Facebook*, nesse último novembro. As mesas de debates e as conferências virtuais levaram ao grande público pesquisas, ensino, trocas de experiências, bem como reafirmou o que mencionei anteriormente: congregação dos(as) diversos(as) pesquisadores(as) negros(as) dos diferentes níveis de atuação profissional.

Quero também destacar, entre os coletivos (informais como você diz) articulados em plataformas digitais, a *Rede de Historiadorxs Negrxs* (RHN) e a *Afrodialógos*



(<https://afrodialogos.webnode.com/>), para ficarmos só no campo da História, que estão efetivamente fazendo história pública. A *Afrodialogos* (coordenada pela historiadora Lucimar Felisberto) realizou um evento de fôlego durante todo o mês de julho/2020 (“julho das pretas” e mês de Tereza de Benguela), trazendo entre os temas abordados na pauta das mulheres negras: religião, saúde, educação, gênero. Promovendo a troca de experiências entre intelectuais, ativistas de movimentos sociais e religiosos, participei da mesa “Religiosidades Negras” (*link* da mesa <https://bityli.com/6zIJw>), com uma sacerdotisa da Umbanda do Rio de Janeiro (Mãe Jussara) e com uma intelectual negra que faz parte do movimento social (Dandara Suburbana). Por fim, cogito dizer que a RHN (fundada por Ana Flávia Pinto Magalhães) é a rede mais atuante na divulgação científica e de altíssima qualidade. Destaco, entre as suas várias ações, as “Jornadas” (março com a temática das mulheres negras, setembro com o tema da abolição do tráfico atlântico de escravizados africanos e novembro com a abordagem da Lei nº 10639/03); o “Nossas Histórias” em parceria com o portal *Geledés* e o acervo *Cultne*, projeto que vem produzindo material didático, baseado na BNCC, para o trabalho em sala de aula da educação básica; “RHN Indica” (divulgação de lançamentos de livros) e o “Conversas Históricas” (diálogos mediados por integrantes da Rede com intelectuais, ativistas negros e negras). Como parte integrante da RHN, eu colaborei em duas dessas ações: a Jornada dos 170 Anos da Abolição do Tráfico e no “Nossas histórias” (*link* da jornada <https://bityli.com/Hpp55>; *link* do texto no *Geledés* <https://bityli.com/0LUVA>).

Em suma, creio que, nas últimas décadas, estivemos vivenciando uma expressiva produção e visibilidade de intelectuais negros e negras. Muitos têm sido os esforços para a democratização dos conhecimentos e saberes, nos mais diversos campos epistêmicos, e isso vem nos incentivando significativamente.

Há uma importante geração de historiadoras negras – intelectuais importantíssimas – no cenário acadêmico brasileiro atualmente. Como você avalia o contexto atual e a inserção de uma historiografia potente sendo produzida por intelectuais negras e negros? Quais os desafios, armadilhas, dilemas e questões centrais?

Antes eu quero registrar uma importante historiadora negra que atuou entre as décadas de 1960 a 1970: Maria Beatriz Nascimento, intelectual orgânica do Movimento Negro (cursou História na UFRJ e atuou em grupos de estudos na UFF) que vem sendo



revisitada ou redescoberta — assim como Lélia Gonzalez — pela intelectualidade (negra e branca) das chamadas “ciências humanas”. Tudo isso para dizer que “nossos passos vêm de longe”! Respondendo sua questão, é relevante considerar que o crescimento da produção de historiadores negros e historiadoras negras, no cenário atual, deve-se muito ao campo da *História Social da Escravidão*. As influências, inclusive, das concepções de E. Thompson, o refinamento teórico-metodológico e o leque de possibilidades documentais estiveram presentes nos trabalhos potentes dos(as) intelectuais negros(as) da década de noventa e seguintes. Citar nomes é delicado, pois podemos cometer omissões, mesmo assim quero registrar, algumas historiadoras negras cujas pesquisas são referências para a minha geração e para as posteriores. Cecília Soares protagonizou as investigações sobre mulheres negras ganhadeiras na Salvador do século XIX; Isabel Reis investigou o tema da família negra no tempo da escravidão; Lucilene Reginaldo, irmandades negras no século XVIII; Solange Rocha realizou estudos acerca da população negra na Paraíba oitocentista; Wlamyra Albuquerque que pesquisou a Abolição. Além do mais, não há como deixar de citar Flávio Gomes, visto que sua vasta e consolidada obra é bastante significativa em vários temas da história social da população negra, passando pelos séculos XVIII, XIX até a pós-abolição. Seus trabalhos vêm influenciando às várias gerações nesses últimos vinte anos. Reitero que mencionar nomes é uma tarefa árdua, sobremaneira, desse cenário atual. Registro, todavia, mais uma vez a RHN que congrega boa parte dessa intelectualidade negra contemporânea na área da História, com pesquisas renovadas, inclusive acerca dos temas da abolição e da pós-emancipação.

Muitos foram os avanços temáticos, fontes documentais, abordagens metodológicas. Considero, no entanto, que há questões para serem cotejadas e revisitadas. Na área da História Social da Escravidão, por exemplo, temos o recuo no tempo, séculos XVIII e XVII, para investigar a população africana. Pouco sabemos sobre as experiências das mulheres e dos homens da África nas cercanias rurais e urbanas do Brasil. O tema das irmandades negras foi muito visitado nos séculos XVIII e XIX, mas uma pergunta ainda pode ser feita: na pós-abolição, como estas entidades se (re)organizaram? No campo de estudos sobre as mulheres negras nas sociedades escravistas, esforços precisam ser feitos quanto à articulação das análises documentais com as reflexões propostas pela interseccionalidade do feminismo negro. Por último, as pesquisas na área da História Comparada vêm emergindo, inclusive na perspectiva atlântica (Brasil, Caribe, EUA; África-Brasil). Todavia, para a ampliação dessa seara investigativa são necessários



investimentos mais densos: domínio de uma língua estrangeira, em particular, o inglês; pesquisas em acervos internacionais (embora alguns já estejam disponíveis em plataformas digitais), o que exige do indivíduo deslocamentos. São desafios para grande parte dos historiadores(as) negros(as) (em formação e já consolidados(as)), especialmente em face da dependência de financiamentos dos órgãos de fomento à pesquisa, cada vez mais escassos em decorrência da política de desmonte das instituições públicas de ensino.

Como você avalia o seu papel acadêmico e intelectual – numa universidade pública – na formação de professores e pesquisadores?

Desde fevereiro de 2014 que sou docente do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE), leciono o ensino básico, técnico e tecnológico. Há treze anos os IFs foram criados, mas pouco se sabe sobre seu funcionamento e seus (suas) docentes. A instituição não se restringe à formação de profissionais com ensino médio para o mercado de trabalho, pois prepara também pesquisadores(as), por meio dos cursos de pós-graduação (mestrados, doutorados e especializações). Quando foi instituído em 2008, um de seus objetivos era, sobremaneira, a formação de professores para a educação básica, contudo, apenas vinte por cento dos cursos são de licenciaturas, em especial, nas áreas das ciências naturais e exatas.

Para além do ensino básico e técnico (chamado de Ensino Médio Integrado - EMI), eu ministro aulas no curso de licenciatura em Física, do *campus Serra Talhada*; e integrei, por um ano, no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica da instituição (o ProfEPT). Quero enfatizar que sou uma professora “anfíbia”, por desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em uma instituição híbrida. Minha atribuição no EMI é possibilitar, na sala de aula, contrapontos à História geral (genérica), inclusive, quando tangencial às experiências da população africana e de sua descendência. Ou seja, enfatizo, no meu exercício docente, o “perigo de uma história única” — como nos diz Chimamanda Adichie — que permeia os manuais didáticos. Essa tarefa que parece ser básica no cotidiano do magistério, muitas vezes fica limitada em razão da sobrecarga de trabalho (grande número de turmas, diferentes níveis e modalidades de ensino etc.), de modo que podemos cair nas armadilhas do ensino bancário, como nos alertou Paulo Freire. Como estratégia, por exemplo, tenho realizado ações pedagógicas com o uso de biografias de mulheres e de homens negros, nos conteúdos de Brasil Império, para que os



discentes, aproximem-se de experiências múltiplas e reais de sujeitos históricos que protagonizaram suas vidas e foram “esquecidos” pelos livros didáticos.

Para além disso, formar estudantes dentro de princípios da cidadania republicana, tendo como uma de suas bases a temática das relações étnico-raciais, uma prática escolar que deveria ser de todo(a) e qualquer educador(a), ainda não é unânime. A escola é fundamental para a desnaturalização da discriminação racial e da subalternização da população negra, todavia, como é sabido, essa pauta tem sido protagonizada, de maneira mais enfática, por nós docentes negros(as). Na licenciatura do curso de Física, com a disciplina de Educação para as relações étnico-raciais (ERER), por exemplo, tenho participado no avanço da implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, por meio de pesquisa, extensão, intercâmbio com intelectuais de outras instituições e aproximando o movimento negro do instituto.

Os manuais didáticos e materiais de orientação/apoio para professores(as) da educação básica, predominantemente, são produzidos por docentes/pesquisadores(as) das universidades. Alguns atuam na formação de professores, porém, sem a experiência nesse magistério. Pelo fato de meu alicerce ser o ensino médio, tenho encampado projetos, dessa ordem, em parceria com colegas que estão nas universidades. Portanto, considero que venho também colaborando nesse campo da produção intelectual que tem um impacto mais imediato nos bancos escolares. Para finalizar, tenho reunido esforços para sistematizar e divulgar conhecimentos sobre o trabalho docente em um instituto federal, mediante debates acadêmicos e com o grande público. Em 2017, por ocasião da ANPUH-Brasil, estive no I FORDHIFS (Fórum dos Docentes de História dos Institutos Federais), e mais recentemente, em 2020, participei de *lives* promovidas pelo NEABI-Cang/IFRN e pela ABPN.

AGENDAS E ARQUIVOS

Fale um pouco dos seus projetos acadêmicos e intelectuais atuais.

Em 2019, voltei à tese para publicá-la, eno momento, como já anunciei, encontra-se no prelo da Editora Alameda. Revi caminhos, debates, fontes documentais e novas possibilidades de pesquisas. Desde então, estou investigando as experiências de africanos libertos que participaram da “rede miúda” do tráfico atlântico e da comercialização de



escravizados(as) e viveram na Corte do Rio de Janeiro, na cidade do Recife e estiveram em constantes trânsitos entre o Brasil e o Golfo do Benim, no século XIX. É um exercício de prosopografia (Ginzburg, 1989; Levi, 2000), como já venho me dedicando desde o período do doutorado. Ou seja, de investigação nominativa em variados jogos documentais para recuperar as conexões entre pessoas que estabeleceram algum tipo de vínculo. Nesse sentido, estou construindo biografias entrelaçadas de três personagens históricos: dois africanos (um marinheiro de nação Savalu e um preto da Costa vendedor de cativos); e um afro-pernambucano (caixeiro). Sendo indivíduos do sexo masculino, a novidade é que pretendo adentrar no debate sobre os significados de masculino, de ser homem, questões anteriormente elencadas por Jaime Rodrigues (2005). No entanto, eu quero aprofundar as discussões teóricas sobre gênero e masculinidades. Um desafio, pois tem sido questões mais estudadas no tempo presente e urgentes para os temas contemporâneos. Todavia, sem perder de vista que substantivos como “força”, “bravura”, “coragem”, “lealdade”, “firmeza” etc. foram gestados como adjetivos — pelo Iluminismo e consolidados no século XIX — que forjavam o gênero masculino (Pedro P. Oliveira, 2004), penso nas possibilidades de refletir acerca das parcerias, camaradagens, relações de trabalho, família, vizinhança, negócios que foram constituídos por estes homens negros, ponderando a elaboração de meu sujeito de pesquisa nessas discussões.

Afora a pesquisa, tenho integrado projetos editoriais, organizando coletâneas com outros(as) intelectuais, como já elucidei anteriormente. Estou abarcando, no momento, três: o primeiro, a *Coleção Quilombismo* (coordenação de Iamara Viana e Flávio Gomes) a ser publicado pela Editora Malê. Esse é um trabalho que pretende ampliar o diálogo entre a produção acadêmica e a educação básica. Tendo em vista a Lei nº 10.639/2003 (ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira), o objetivo é a produção de coletâneas de livros (organizados por professores(as) e pesquisadores(as)), com eixos temáticos diversos e proposições didáticas para a disciplina de História. As sugestões didáticas contendo indicações de leituras e vídeos são a inovação do trabalho. Sou co-organizadora (junto com Iamara Viana e Solange Rocha) do volume *Mulheres afro-atlânticas: temas, experiência e ensino de História*. O segundo, *Travessias do atlântico negro: biografias, experiências – Brasil-África, séculos XVIII-XIX*, em parceria com o historiador Carlos Silva Júnior (UEFS), será publicado pela Editora Selo Negro, Grupo Summus. A proposta foi reunir pesquisadores(as) com produção consolidada na temática do tráfico, mostrando suas pesquisas empíricas com uma linguagem voltada para o grande



público. O terceiro, por fim, *Festas de preto: celebrações, formas de expressões e algazarras da população negra no Brasil* (editora a definir), tem como intento congregar os estudos de historiadores(as), antropólogos(as) e cientistas sociais de várias regiões, almejando também leitores(as) mais gerais. Este é um trabalho conjunto com um ex-orientando meu, do curso de Especialização em Ensino de História das Artes e das Religiões, da UFRPE, o historiador Mário Ribeiro, hoje professor na Universidade de Pernambuco (UPE).

Para concluir, na área do ensino tenho uma intervenção pedagógica para pôr em prática, assim que as aulas retornarem para a modalidade presencial (mesmo que parcialmente). É uma experiência voltada para a História do Brasil Império, sob a perspectiva das trajetórias de mulheres afro-atlânticas cujos percursos foram relevantes para se pensar nas resistências sociais, estabelecendo paralelos com as vivências femininas negras da atualidade que são referências de empoderamento no Sertão do Pajeú/PE, região onde está o IF, no qual sou docente.

Recebido em: 01/02/2021

Aprovado em: 15/02/2021